

Classificação Decimal Universal

2ª Edição-Padrão Internacional em Língua Portuguesa

**Publicação n.º UDC-P053 autorizada pelo UDC
Consortium conforme licença n.º UDC-2005/10**

Volume 1. Tabelas sistemáticas

Brasília

2007

**Ministério da Ciência e Tecnologia
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Diretor

Emir José Suaiden

Coordenação Editorial

Regina Coeli S. Fernandes

© 200

Direi

© 200

Tabe

Orga

Odilo

Revi

Fátim

Capa

Flávi

Cola

Deni

Fich

Prisc

Ins

SA

700

ww

© 2007 UDC Consortium.

Direitos de tradução para língua portuguesa

© 2007 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Tabelas sistemáticas

Organização e tradução do original inglês:

Odilon Pereira da Silva.

Revisão:

Fátima Ganim

Capa:

Flávia Rubênia Barros

Colaboraram na editoração desta obra:

Denis Novaes Lopes, Milton Shintaku e Valéria Vieira.

Ficha Catalográfica e Revisão:

Priscilla Mara Bermudes Araújo

U588c

UDC Consortium.

Classificação Decimal Universal / UDC Consortium ; [tradução, Odilon Pereira da Silva ; revisão, Fátima Ganim]. — 2. ed., edição-padrão internacional em língua portuguesa. — Brasília : Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2007.

2 v. ; 28 cm. — (Publicação UDC ; n. P053)

Publicação n. UDC-P053 autorizada pelo UDC Consortium conforme licença n. UDC-2005/10.

Conteúdo: v. 1. Tabelas sistemáticas — v. 2. Índice alfabético.

ISBN 978-85-7013-075-4 (v. 1). — ISBN 978-85-7013-074-7 (v. 2)

I. Classificação Decimal Universal. I. Silva, Odilon Pereira da. II. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. III. Título. IV. Série.

CDU 025.45=134.3

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

SAS Quadra 5, Lote 6, Bloco H

70070-914 – Brasília-DF, Brasil

www.ibict.br

APRESENTAÇÃO

Na passagem do século 19 para o 20, quando Paul Otlet sentiu necessidade de uma classificação para os milhões de registros de seus catálogos, os quais reuniam e registravam informações sobre a produção científica da época, estava expressando uma necessidade inerente às atividades de documentação e informação e, ao mesmo tempo, à própria vida, pois classificar é uma ação presente não somente na ciência, mas também no cotidiano da sociedade e, por extensão, na documentação e informação, parte de sua infra-estrutura.

Nasceu daí a Classificação Decimal Universal (CDU), que, para Rayward (1997), foi um “experimento moderno extraordinário”, juntamente com o Repertório Bibliográfico Universal, de Otlet.

As classificações mais antigas remontam à Grécia clássica, e Aristóteles (384-322 a.C) foi dos primeiros filósofos a conceber, na sua obra *Organon*, dez categorias aplicadas a seres e saberes, constituindo parte essencial da teoria da classificação, depois enriquecida com as contribuições de outros pensadores, como Francis Bacon e Comte. A filosofia é, pois, a base do pensamento, fundamentos e reflexões da Classificação, materializada em tabelas e índices.

Ao ser criada a Classificação Decimal Universal (CDU), Otlet estava doando ao mundo, junto à sua magistral obra, um dos instrumentos mais poderosos para a organização, recuperação, disseminação, acesso e uso de informação em qualquer tipo de coleção, seja de biblioteca, arquivo ou museu, e cuja utilidade, inicialmente em documentos impressos, perpassaria o tempo e alcançaria o mundo contemporâneo dos documentos eletrônicos na Internet.

A classificação, como teoria e instrumento, compõe o núcleo dos estudos e atividades de organização, uma vez que antecede e está estreitamente relacionada à indexação, assumindo lugar privilegiado na teoria e na prática da ciência da informação, da biblioteconomia, da museologia, da arquivística e de áreas afins. Portanto, os sistemas de recuperação da informação, com todo o seu instrumental – índices, indexação, vocabulários controlados e tesouros – são fortemente dependentes e indissociados de classificações.

A vitalidade da questão é evidenciada no mundo contemporâneo, no qual a classificação continua tema de estudos e pesquisas disseminados em periódicos especializados, como o *Journal of Classification*, e discutida em grupos de especialistas e pesquisadores, entre os quais o Classification Research Group (CRG), fundado em 1952 na Grã-Bretanha, e o Special Interest Group – Classification Research (SIG/ CR), da American Society for Information Science and Technology (ASIST), ambos muito atuantes.

Coube ao IBICT, por ser o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a responsabilidade de assumir a publicação da CDU em nosso país, concessão outorgada pela British Standards Institution, do UDC Consortium, tendo sido em 1977 a última edição da tabela e, em 1999, do índice.

Com esta publicação retomada e atualizada da nova edição em língua portuguesa da Classificação Decimal Universal, o IBICT cumpre o seu papel e lança ao público brasileiro esta obra, cuja grandeza pode representar, segundo Foucault, um dos “códigos fundamentais de uma cultura”.

Agradecimentos especiais ao Ministério da Ciência e Tecnologia, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro, Sergio Rezende, e ao Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa, Dr. Luiz Fernando Schettino, que possibilitaram a edição dessa obra.

Emir José Suaiden
Diretor do IBICT

Sumário

	Página
Prefácio à 2ª edição	ix
Prefácio	xi
Introdução	xiii

Tabelas auxiliares

Seção I Sinais comuns auxiliares e subdivisões	1
Seção II Subdivisões auxiliares especiais	191

Tabelas principais

0	Generalidades. Incluindo Ciência e Conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações.....	193
1	Filosofia. Psicologia	232
2	Religião. Teologia	246
3	Ciências Sociais	282
4	Vago	
5	Matemática e ciências naturais.....	428
6	Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia	617
7	Artes. Recreação. Divertimento. Esporte.....	1175
8	Língua. Lingüística. Literatura.....	1233
9	Geografia, Biografia. História	1246

Prefácio à 2ª edição

Inscrevendo-se no grupo das chamadas linguagens documentárias, a CDU tem sido, desde sua origem, um instrumento poderoso de representação e organização do conhecimento humano.

Mesmo com o advento da informática, a cada dia tornam-se mais evidentes sua vitalidade, sua atualidade e sua condição de instrumento indispensável ao gerenciamento da informação com qualidade.

Nem mesmo o recente desaparecimento da FID parece ter interferido negativamente nos destinos da CDU, que reaparece agora, em sua segunda edição em língua portuguesa na versão padrão.

Em sua forma tradicional (impressa), esta edição é constituída por dois volumes, consistindo o primeiro das dez classes principais juntamente com as tabelas auxiliares, e o segundo, do Índice Alfabético.

A versão em língua inglesa, de 2005, da qual se originou a nossa, incorporou as atualizações mais recentes da CDU até o número 26 das Extensões e Correções, correspondentes ao ano de 2004. Dentre essas alterações, que tornam a CDU um sistema sempre atual, capaz de acompanhar o desenvolvimento das ciências, das artes, da atividade humana, destacamos as seguintes:

- a) a tão esperada reformulação completa da Classe 2 Religião/Teologia;
- b) maior desenvolvimento das tabelas geográficas (particularmente dos Estados Unidos) e dos conceitos relacionados com a geografia física;
- c) introdução de notas de cunho histórico nas tabelas geográficas, notavelmente dos países africanos e asiáticos;
- d) reorientação de parte da Tabela de Tempo e da de Língua;
- e) eliminação da controvertida Tabela de Ponto de Vista;
- f) incorporação das tabelas auxiliares comuns -02 Propriedades e -04 Relações/Processos/Operações;
- g) introdução da Tabela Principal 006 Administração;
- h) rearrumação das tabelas principais 37 Educação; 57 Ciências Biológicas; 58/59 Botânica/Zoologia; 65 Administração (alguns de cujos conceitos migraram para a recém-criada Classe 006 Administração); 7 Artes e 78 Música;
- i) desdobramento de inúmeras subclasses, tanto principais quanto secundárias;
- j) incorporação de um sem-número de exemplos ilustrativos e de remissivas;
- k) enriquecimento das tabelas principais com a presença de numerosas notas explicativas e instruções de uso.

As dez classes principais e as tabelas auxiliares constituem o Arquivo Mestre de Referência, em meios magnéticos, no qual se vão processando as revisões e introduzindo as atualizações. Compreendendo hoje aproximadamente 60.000 entradas, é ele a base autorizada a partir da qual podem ser elaboradas edições de amplitude vária em diferentes idiomas. A presente edição, segunda em língua portuguesa na categoria Padrão, vem acompanhada de seu respectivo Índice Alfabético (volume 2), consideravelmente enriquecido de entradas (aproximadamente 56.000) em relação a seu antecessor (cerca de 25.000).

Por parecer-nos oportunas, fazemos nossas as palavras do editor da CDU em espanhol, Edição Abreviada, de 2001:

“Seja em virtude do elevado número de termos, seja devido à própria complexidade da obra, é inevitável que se encontrem nela erros e falta de congruência”. Agradeceremos, por isso, aos usuários desta nova edição, que serão, sem dúvida, numerosos, o envio [ao IBICT] de qualquer observação ou sugestão que possa contribuir para o aperfeiçoamento de futuras edições.

Odilon Pereira da Silva

Prefácio

A Classificação Decimal Universal (CDU) derivou-se, originalmente, da Classificação Decimal de Dewey (CDD), no seio da hoje extinta Federação Internacional de Informação e Documentação (FID), que a administrou até 31 de dezembro de 1991.

Em 1.º de janeiro de 1992, todos os direitos e responsabilidades civis pela CDU foram transferidos para o Consórcio CDU, formado por instituições de informação e normalização da Bélgica, Espanha, Países Baixos, Reino Unido e Japão, além da própria FID.

Este é o texto em língua portuguesa da Segunda Edição-Padrão Internacional, atualizada até dezembro de 2005, traduzido do arquivo-mestre em meio magnético fornecido pelo Consórcio CDU ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), conforme contrato de licenciamento celebrado entre ambas as instituições. Esta edição possui o conteúdo completo do arquivo-mestre, que corresponde a mais de 61.000 entradas.

Esta tradução adotou como ponto de partida a Edição Padrão em Língua Portuguesa, publicada pelo IBICT em 1997.

Âmbito

A CDU é uma linguagem de indexação e recuperação de informação que abrange praticamente todos os assuntos e que pode ser utilizada em acervos que lidem com qualquer tipo de suporte documental.

Reconhecimento

A CDU se baseou originalmente na Classificação Decimal de Dewey (CDD), e as tabelas desta edição incorporam algum material publicado em edições da CDD de 1911, 1913, 1915, 1919, 1922, 1927, 1932, 1942, 1951-52, 1958, 1965, 1971, 1979, 1989, 1996 e 2003, tanto por Melvil Dewey, quanto pela Lake Placid Club Education Foundation, Forest Press e Online Computer Library Center (OCLC), Inc., Albany, N. Y., EUA.

Em poucos casos aparecem nesta edição nomes comerciais, desde que sejam de uso comum e ajudem a definir determinado conceito. Isso nada implica quanto à situação jurídica desse nome ou marca, seja por parte das organizações que formam o Consórcio CDU, seja por parte do IBICT. Tampouco a menção desses nomes pode ser invocada com qualquer objetivo que extrapole os limites desta classificação.

Aqui também são citados muitos topônimos. Esses nomes, a seleção e a ordem em que são enunciadas as regiões geográficas, expressões descritivas e relações sugeridas pela hierarquia numérica não constituem qualquer endosso à sua situação nacional ou internacional, quer por parte do

Consórcio CDU, quer por parte do IBICT. Esta publicação não pode ser utilizada para abonar opiniões a respeito dessas questões.

Notas sobre o conteúdo e a apresentação gráfica

Esta tradução em língua portuguesa foi feita a partir da base de dados criada pelo IBICT com o arquivo-mestre de referência fornecido pelo Consórcio CDU, cujo conteúdo foi inteiramente respeitado.

Tendo em vista a extensão desta classificação e o tempo reduzido de que se dispôs para sua tradução e editoração, os erros são inevitáveis. O IBICT solicita a todos os usuários desta edição da CDU que quaisquer erros nela encontrados lhe sejam comunicados para correção.

A tipologia empregada nesta edição reflete mais as contingências impostas pela editoração eletrônica e o aproveitamento do papel do que preocupações quanto a uma adequada simetria entre ordem hierárquica e apresentação gráfica.

Apresentação tipográfica

Leiaute. Uma entrada na CDU consiste de três elementos principais: o número de classificação, que aparece na coluna de números à esquerda; a descrição da classe, que aparece na coluna de texto à direita; e várias explicações, que aparecem em composição recolhida, na coluna de texto. Estas explicações incluem notas, remissivas, instruções para adoção de sínteses e exemplos de notação composta assim obtida. Percebe-se isso de modo mais claro no diagrama apresentado adiante.

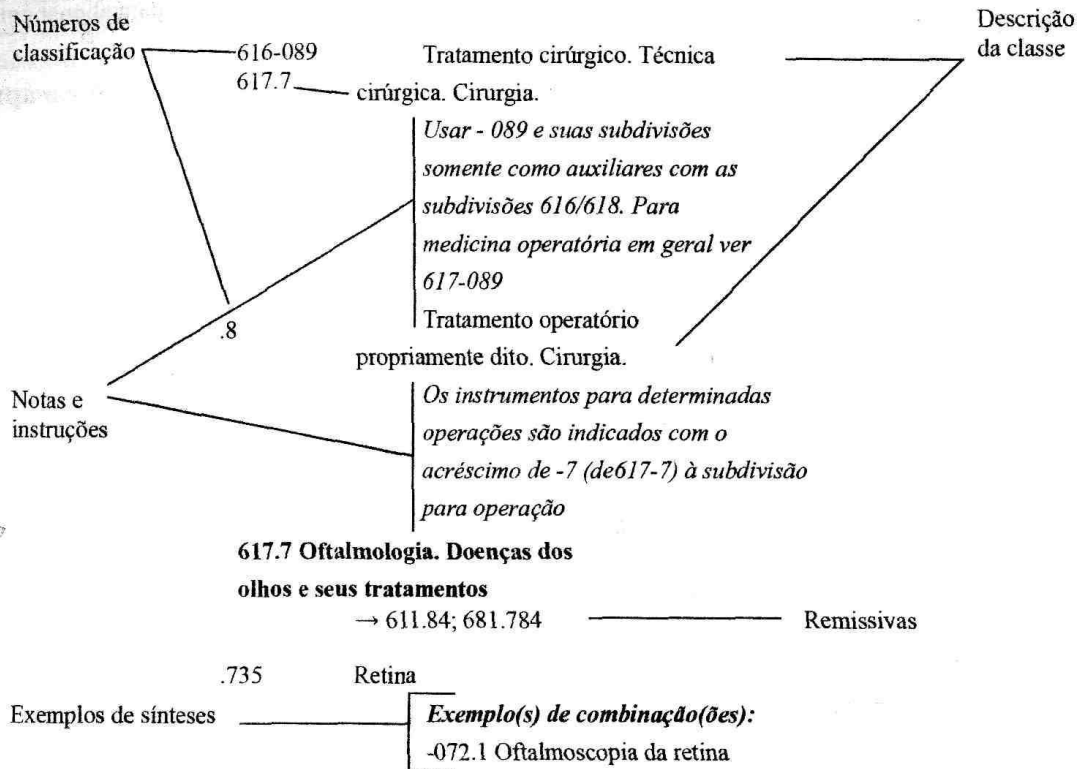
Deve-se salientar que a síntese pode ser utilizada sempre que dela resultar uma combinação com significado. Os números compostos aqui apresentados são apenas exemplos de um imenso potencial de combinações possíveis. O emprego de composição tipográfica recolhida na coluna de texto, nesses casos, equivale à indicação 'por exemplo'. Nesta edição eles são precedidos pelas palavras 'Exemplo(s) de combinação(ões)'.
Símbolos. Além de notação da CDU, utilizam-se no texto os seguintes símbolos:

→ (seta), que significa "ver também"

NOTA: Na edição média de 1987, em português, a seta significava 'ver' ou 'ver também'. Nesta edição, a remissiva 'ver' é escrita por extenso.

≅ que significa "subdividir como"
(ver Introdução, 2.6.2.11)

Leiaute das entradas da CDU



INTRODUÇÃO

I História da CDU

1.1 O emprego da notação decimal como código para expressar os conceitos na classificação documentária foi proposto, pela primeira vez, pelo físico André Marie Ampère (1775-1836), tendo sido popularizado pelo bibliotecário norte-americano Melvil Dewey, no final do século XIX. O esquema de Dewey foi desenvolvido e utilizado na biblioteca do Amherst College, Massachusetts, e publicado pela primeira vez em 1876. Esta primeira edição, intitulada *Classification and subject index*, era sucinta, e, em suas 10 páginas de tabelas que continham 919 tópicos, carecia de algumas características que mais tarde passaram a fazer parte do esquema (não era chamado decimal, e não continha frações decimais), e a ordem dos assuntos não trazia nenhuma inovação especial, sendo derivada de uma tradição dos livreiros de Paris do século XVII. Continha, entretanto, as bases de um sistema que veio a se revelar imensamente útil e influente. Posteriormente, foi introduzida a característica do mínimo de três algarismos e a pontuação decimal depois do terceiro algarismo. O esquema expandiu-se por meio de sucessivas edições, passando a ser rapidamente adotado nos Estados Unidos da América e em outros países de língua inglesa. Essa classificação teve importante papel no estabelecimento da norma de um código sistemático indicativo do assunto como principal recurso para a organização e localização dos livros em bibliotecas, agrupando obras que tratam de assuntos semelhantes, independentemente de elementos que identificam cada documento individualmente.

1.2 Em 1895, um novo passo para o progresso da classificação decimal foi dado por Paul Otlet (1869-1944), jovem advogado belga, já reconhecido por seu trabalho no campo da bibliografia das ciências sociais. Sob a égide do então recém-fundado Institut International de Bibliographie (IIB), em Bruxelas, Otlet e seu colaborador, Henry La Fontaine (1854-1943), estavam trabalhando no projeto do Repertório Bibliográfico Universal, cujo objetivo era ser um índice classificado que abrangesse todas as informações publicadas. Algum dispositivo era necessário para pôr em ordem as entradas nesse índice. Otlet, tendo ouvido falar da Classificação Decimal de Dewey, que se encontrava em sua quinta edição (1894), conseguiu um exemplar da mesma,

que o deixou muito bem-impressionado. Escreveu, então, a Melvil Dewey, em 1895, dele obtendo a permissão para traduzi-la para o francês. Otlet e La Fontaine viram, na Classificação Decimal, uma taxonomia do conhecimento humano que poderia ser expressa (conforme afirmaram em trabalho apresentado numa conferência) “por meio de uma língua internacional — a dos números”. Perceberam, também, que, devido à capacidade de expansão dos números decimais, estes poderiam facilmente acomodar as minúcias que o trabalho bibliográfico requer, exigência esta que não ocorre quando se trata apenas de dar arranjo aos livros nas estantes de uma biblioteca. A idéia foi além dos limites do plano de uma mera tradução, tendo sido feitas várias inovações radicais que transformaram uma classificação exclusivamente **enumerativa** (na qual todos os assuntos imaginados já se acham arrolados e codificados) numa outra classificação que permite a síntese, isto é, a construção de números compostos para indicar assuntos inter-relacionados que jamais poderiam ser antecipados de forma exaustiva. Foram identificadas várias relações possíveis entre assuntos, e atribuídos símbolos que representassem essas relações. Otlet e La Fontaine também perceberam que as características comuns a vários assuntos poderiam ser agrupadas em uma lista independente das tabelas. É claro que, na primeira edição da classificação de Dewey, já se encontravam padrões repetidos de algarismos em que a mesma característica de divisão era aplicada. No entanto, dava-se agora um passo adiante com a separação dos algarismos finais e sua reunião em tabelas de números auxiliares, os quais poderiam ser acrescentados onde quer que o usuário achasse necessário. Este princípio de síntese significava que se poderia alcançar um nível muito maior de detalhamento do que o oferecido pelo esquema publicado: maior precisão combinada com economia de apresentação. Ao mesmo tempo, Otlet e La Fontaine expandiam o conteúdo estritamente enumerativo, a fim de atender às necessidades determinadas pela própria extensão do Repertório. O resultado disso foi um esquema mais rico e mais elaborado do que seu predecessor. Continha aproximadamente 33.000 subdivisões. Foi editado pelo IIB, em francês, de 1904 a 1907, com o título de *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*. Tratava-se, com efeito, da primeira edição da CDU.

1.3 O esquema continuou a se expandir, apesar da interrupção dos trabalhos provocada pela Primeira Guerra Mundial. Prosseguiram as atividades de preparação de uma segunda edição da qual partici-

pou Frits Donker Duyvis, do escritório de patentes holandês, responsável pela profunda revisão e expansão das seções de ciência e tecnologia. Essa edição foi publicada de 1927 a 1933, contendo, então, mais de 70.000 subdivisões. O Repertório Bibliográfico Universal, que servira de impulso para o esquema, tinha se tornado de difícil manutenção, e essa edição foi publicada independentemente sob o título *Classification Décimale Universelle*, nome pelo qual (em várias traduções) ainda é conhecida. É essa edição que se tornou a edição-mestra da CDU, que assim permaneceu até 1933, quando uma nova base de dados passou a ser a fonte de autoridade (ver 1.5). De 1933 a 1993, a segunda edição francesa, modificada e ampliada com base nas correções aprovadas, reunidas em vários suplementos, e, posteriormente, na série *Extensions and Corrections to the UDC*, foi a fonte oficial para todas as edições posteriores. Uma terceira edição, a primeira em alemão, foi iniciada, em seguida, sob a responsabilidade de Carl Walther, tendo sido publicada de 1934 a 1951. Ela tinha quase o dobro do tamanho da segunda edição, com cerca de 140.000 subdivisões.

1.4 No Brasil, as repercussões das atividades de Otlet e La Fontaine não se fizeram tardar. Em 1901, o engenheiro Vitor da Silva Freire escreveu um folheto sobre as vantagens do sistema de classificação de Bruxelas, editado sob o número 54 na série de publicações do IIB. Outros estudiosos divulgaram essa classificação no Brasil, como Rodolfo Garcia, Oswaldo Cruz e Manuel Cícero Peregrino da Silva. Já em 1909, a CDU era adotada na classificação da biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz. Manuel Cícero Peregrino da Silva, entusiasta da proposta do Repertório Bibliográfico Universal, promove o emprego da classificação no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*. Em 1937, Jango Fisher faz uma edição simplificada para uso na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, sob o título de *Classificação Decimal Universal*. Uma edição mais completa, com 414 páginas, foi editada, em 1942, pela Biblioteca Pública de Minas Gerais. Em 1954, em Portugal, sob a responsabilidade editorial de Zeferino Ferreira Paulo, o Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura produziu a primeira edição abreviada da CDU em língua portuguesa, em versão preliminar. Essa versão foi amplamente revista, inclusive com a participação da Comissão de Terminologia Científica da Universidade de São Paulo e da Comissão Brasileira da CDU. Desse trabalho, resultou a publicação, em 1961, da edição impres-

sa. Posteriormente, surgiram algumas edições desenvolvidas, graças à criação, em 1958, no então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), por sugestão de Edson Nery da Fonseca, da já mencionada Comissão Brasileira da CDU. A maior realização dessa comissão foi, sem dúvida alguma, a preparação da primeira edição média em língua portuguesa, iniciada em 1968 e editada em 1976 pelo IBICT. Para a efetivação desse trabalho, que teve início no Departamento de Biblioteconomia e na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, foi fundamental a participação do professor Astério Tavares Campos, que sempre atuou na Comissão Brasileira da CDU, desde sua criação. Em 1987, foi publicada, pelo IBICT, a segunda edição média em língua portuguesa.

1.5 O Institut International de Bibliographie (IIB) tornou-se, em 1931, o Institut International de Documentation (IID), mudando sua sede para Haia. Em 1937, transformou-se em Fédération Internationale de Documentation (FID) e, em 1988, transformou-se novamente em International Federation for Information and Documentation (FID) [Federação Internacional de Informação e Documentação], nome que manteve até encerrar suas atividades, em 2000. A FID foi, por muitos anos, o centro de administração e manutenção da CDU. Em 1991, adotando as recomendações de um grupo de trabalho especialmente formado para estudar o desenvolvimento do sistema da CDU, a FID manteve negociações com vários editores da CDU sobre a reestruturação das finanças e da administração e manutenção do esquema, de modo a assegurar seu futuro no século XXI. Como resultado destas conversações, foi formado o Consórcio CDU (UDC Consortium) (UDCC), reunindo a FID e cinco outros editores como membros fundadores. Todos os direitos foram transferidos para o Consórcio em 1.º de janeiro de 1992. Sua primeira prioridade foi a criação de uma base de dados de 60.000 entradas, conhecida como Master Reference File (MRF) [arquivo-mestre de referência] que foi completada na primavera de 1993 e constituiu o conteúdo oficial da CDU. As edições desenvolvidas (com um total de cerca de 220.000 entradas) continuaram válidas, e, à medida que os recursos o permitirem, conjuntos ampliados de algumas classes em nível de edições desenvolvidas poderão fazer parte dessa base de dados.

1.6 Desde agosto de 1949, as correções autoriza-

das têm sido publicadas nas *Extensions and Corrections to the UDC*, editadas, a princípio, semestralmente, e agora, anualmente.

1.7 O inglês, o francês e o alemão continuam sendo os idiomas oficiais para manutenção e administração da CDU (inclusive todas as alterações que aparecem em *Extensions and Corrections to the UDC* até 1992, quando o UDCC assumiu a direção). A língua oficial do consórcio é o inglês. O Master Reference File existe atualmente em inglês, mas será ampliado para incluir o francês e o alemão e, posteriormente, talvez outras línguas. Desde as primeiras edições, a CDU está sendo traduzida para muitas outras línguas. Há edições de suas diferentes extensões (abreviadas, médias e desenvolvidas) em 23 línguas diferentes arroladas no *Bibliographical Survey of UDC editions* (FID publication 573, The Hague, 1982).

2 Características da CDU

2.1 Natureza da classificação

A classificação é um meio de introduzir ordem numa multiplicidade de conceitos, idéias, informações, organizando-os em classes, isto é, grupos de coisas que têm algo em comum. Isto também significa que esses grupos têm algo que os distingue entre si, diferenciando sua classe de outras classes, pois se excluem as coisas que não possuem a característica comum. Uma classe pode ser dividida em classes menores, mantendo-se as propriedades de identidade coletiva e diferenciação, sucessivamente, até que, teoricamente, toda a escala tenha sido abrangida, desde o universo da informação (isto é, todo o conhecimento registrado) até um *individuum* (isto é, uma classe que contém somente um membro). Entre os extremos de 'todas as coisas' e 'uma única coisa', encontram-se as classes mais úteis que contêm grupos de coisas afins.

2.2 Tipos de classificação

As classificações podem ser **especializadas**, quando se concentram ou estão voltadas para um assunto determinado, ou **gerais**, quando abrangem o universo da informação. A CDU, da mesma forma que a CDD, da qual se deriva, é uma classificação geral. As classificações também podem ser **científicas**, quando sistematizam os fenômenos do mundo natural, como um instrumento de apoio ao estudo e à reflexão lógica sobre o mundo, ou **do-**

cumentárias, que servem de instrumento de apoio à administração de documentos, com o objetivo de tornar localizáveis as informações. A CDD e a CDU são classificações documentárias. As classificações documentárias comumente se destinam ao uso em **bibliotecas**, para a organização física de acervos e como guia para o conteúdo desses acervos, ou se destinam ao uso **bibliográfico**, para a indexação e descrição minuciosa do conteúdo de documentos que não se achem limitados a determinado acervo. A CDD surgiu como uma classificação para bibliotecas, e a CDU como uma classificação bibliográfica. Frequentemente, as classificações documentárias são do tipo **enumerativo**, quando arrolam exaustivamente as categorias em que o universo foi dividido, ou **facetado**, quando identificam características comuns a várias categorias, organizando essas características em listas ou tabelas que representam, cada uma delas, **uma faceta**, ou seja, a totalidade de conceitos obtidos mediante a aplicação de determinada característica de divisão. Assim, o autor deste tipo de classificação decompõe (analisa) os assuntos em seus elementos para que o usuário os recombinem ou sintetize. Por isso, a classificação facetada é também chamada classificação **analítico-sintética**. A CDU é o resultado de um projeto que visava a transformar uma classificação enumerativa em uma classificação facetada.

2.3 Superposições

As categorias de esquemas de classificação anteriormente citadas não são mutuamente excludentes. As classificações científicas podem ser incorporadas às classificações documentárias, como se tem verificado, de certa forma, por exemplo, na CDU, em 549 e (ainda que de forma não explícita) em partes de 58 e 59. Classificações para uso bibliográfico e para uso em bibliotecas podem incorporar características umas das outras, e, na prática, não se acham limitadas a um tipo único de aplicação. A CDU, planejada para uso bibliográfico, tem dado resultados bastante adequados quando empregada para organização dos acervos de bibliotecas, frequentemente sob a forma de versões menores que as desenvolvidas, como a presente edição. Embora seja uma classificação geral, sua utilidade tem sido comprovada em coleções e serviços especializados, existindo mesmo algumas versões selecionadas da CDU, de cunho especializado, e que são conhecidas como edições especiais.

2.4 A CDU: uma classificação por aspectos